

RELATÓRIO FINAL DA III CONFÉRENCE ESTADUAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL.

EIXO I - Estratégias para o desenvolvimento e o enfrentamento ao racismo.

Requerer juntos aos órgãos competentes que cidades que serviram como porta de entrada de negros nos Estados seja considerada patrimônio imaterial;
Utilizar a cultura como forma estratégica de preservação da memória afrodescendente;
Estabelecer espaço com infraestrutura para a produção e comercialização da produção quilombola;
Instituir sistema habitacional para os afrodescendentes, demarcação certificação e mapeamento das terras devolutas, dentro dos territórios quilombolas;
Buscar pessoas qualificadas para ensinar a cultura afro nas escolas;
Criação da sede estadual permanente do fórum para discutir e difundir a cultura afro-brasileira;
Realizar eventos voltados aos profissionais da educação;
Capacitar os/as profissionais da saúde para o atendimento à população negra;
Capacitar os/as profissionais de segurança pública para a abordagem a população negra;
Encaminhar aos sindicatos solicitação de inclusão na proposta de acordo coletivo de cláusulas de políticas com recorte racial;
Desenvolver políticas de apoio financeiro a projetos de valorização e promoção da cultura Africana, afro-brasileira e povos tradicionais, religiões de matriz africana;
Garantir cotas para jovens negros em programas de estágio, e no PROJOVEM, de forma proporcional as etnias locais, levando em consideração o último censo do IBGE;
Promover ações de etnodesenvolvimento sustentável nas comunidades quilombolas;
Investir em publicidade e outras mídias, assegurando a visibilidade dos grupos étnicos raciais e de suas diferentes culturas;
Possibilitar o acesso do jovem de comunidades tradicionais a projetos de inclusão social e cultural incentivando a diversidade;

Realizar mapeamento das casas tradicionais de matriz africana;
Estabelecer um calendário escolar para a celebração de data relacionada à cultura negra;
Perda dos subsídios para as empresas que não promoverem o enfrentamento ao racismo.

EIXO II - Políticas de igualdade racial no Brasil: Desafios.

- 1) Instituir linhas de pesquisas científicas voltadas para a população negra, especialmente nas seguintes áreas: reconhecimento dos saberes tradicionais, religiões africanas e afro-brasileiras;
- Acrescentar linhas de pesquisa sobre as comunidades quilombolas, religiões de matriz africanas, indígenas e ciganas.
 - Elaboração de projetos a serem apresentados aos Ministérios, Conselhos Nacionais, Secretarias, Agências de Fomento a pesquisa.
 - Financiamento dos projetos pelas unidades públicas e privadas, incentivando as linhas de pesquisas sobre as sociedades Africanas, Indígenas e Ciganas.
- 2)Instituir linha de editais específicos para cultura negra, em especial;
- Divulgar o cadastramento individual via e-mail nos órgãos e instituições.
- 3)Criar programa de valorização e promoção do funk como cultura negra e da periferia;
- Apoiar a implantação de Centros de Referencias das Juventudes em todo o território nacional, com estrutura e manutenção do poder público.
 - Ampliar o ensino sobre a cultura e ritmos musicais afro-brasileiros, tais como: Funk, Hip Hop.
- 4)Propor lei de incentivo as manifestações e produções culturais afro-brasileiras;
- 5)Assegurar recursos no PPA (Plano Plurianual) para formação continuada e campanhas de valorização da população negra com distribuição gratuita e massiva de materiais que tratem da população negra em diversas áreas. Ex: estatuto da igualdade racial, doenças que afigem a população negra;
- Distribuição gratuita e massiva de materiais que tratem da população negra em diversas áreas. Ex: estatuto da igualdade racial.
 - Confeccionar materiais que tratem das doenças que mais afigem a população negra;
 - Direcionar percentual dos recursos do pré-sal para promover políticas de igualdade

racial e combate ao racismo.

6) Realizar concursos públicos Federais, Estaduais e Municipais com cotas raciais;

- Garantir vagas através de cotas raciais em concursos realizados nas esferas Federal, Estadual e Municipal;

- Garantir a aplicação da lei Art. 39, cap. V do Estatuto de Igualdade Racial;

7) Promover o enfrentamento ao extermínio da Juventude Negra;

8) Incentivar o empreendedorismo na comunidade negra rural;

9) Estimular o empreendedorismo negro com foco na economia da cultura da indumentária das vestes africanas e afro brasileira, com valorização da Economia Criativa e Solidária;

- Garantir recursos de medidas compensatórias socioambientais para o empreendedorismo negro;

10) Criar cursos de formação e qualificação para a população negra voltada para a inserção no mercado de trabalho;

- Garantir a aplicação da lei 12288/2010; cap. V, Art. 39, § 7;

- Estimular a criação de cursos pré-vestibulares para comunidades afro-brasileiras e tradicionais;

13) Criar mecanismos de debate sobre a intolerância religiosa ou fórum de discussão de políticas de promoção da igualdade racial de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial;

14) Regulamentar e Implantar Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial;

15) Reconhecer casamentos e batizados realizados dentro das casas de religiões de matriz africana com valor legal como nas igrejas católicas e protestantes;

16) Garantir o direito a utilização de espaço público das comunidades tradicionais, ciganas e outras;

- Garantir junto aos órgãos públicos áreas com infraestrutura adequada;

17) Legitimar políticas para as casas de matriz africana através da: preservação do meio-ambiente com manutenção dos ambientes sagrados e o estímulo, fortalecimento e fomento para as comunidades tradicionais;

- Implantação da escola pública de tempo integral, garantindo as especificidades da Lei 10639/2003;

- Reforma curricular, com metodologias e conteúdos que respeitem a especificidade das comunidades;

- Denunciar as distorções de aplicação da Lei 10639/03 e a Lei 11645/08;

- Garantir a permanência dos alunos cotistas raciais;

- Implementar políticas públicas para reduzir a evasão escolar e defasagem idade-série

dos alunos pertencentes aos grupos étnicorraciais discriminados;

- Exigir a atuação dos conselhos de educação para que seja cobrado o cumprimento da lei 10639/03 e lei 11645/08.

18) Assegurar as metas da educação infantil contidas no Plano Nacional de Educação;

- Implantação da escola pública de tempo integral, garantindo as especificidades da Lei 10639/2003;
- Reforma curricular, com metodologias e conteúdos e respeite a especificidade das comunidades;
- Denunciar as distorções de aplicação da Lei 10639/03 e a Lei 11645/08;
- Garantir a permanência dos alunos cotistas raciais;
- Implementar políticas públicas para reduzir a evasão escolar e defasagem idade-série dos alunos pertencentes aos grupos étnicorraciais discriminados;
- Exigir a atuação dos conselhos de educação para que seja cobrado o cumprimento da lei 10639/03 e lei 11645/08;

19) Fortalecer políticas de assistência social para os adolescentes e jovens institucionalizados e aqueles que estejam no sistema prisional;

- Garantir a implementação de dispositivos para apoio a jovens em LA e PSC, com apoio do poder municipal;
- Renovar as políticas das instituições de reabilitação de jovens em situação de risco como Unidade de Integração, UNIPI e presídios, conforme o Estatuto da Criança e Adolescente, através do emprego de medidas Socioeducativas, extensivo às famílias, com o uso de atividades multifuncionais;

EIXO III - Arranjos Institucionais para assegurar a sustentabilidade das políticas de igualdades racial: SINAPIR, órgãos de promoção da igualdade racial, fórum de gestores, conselhos e ouvidorias.

Promover a formação continuada para os (as) conselheiros/as de promoção da igualdade racial;

Criar o fórum interinstitucional (os três poderes, ministério publico e a sociedade civil) de promoção da igualdade racial;

Implementar as políticas estabelecidas no ordenamento jurídico nacional para os povos e comunidades tradicionais de matriz africana;

Garantir recursos específicos para financiamento das ações voltadas para a Promoção da Igualdade Racial em âmbito federal, estadual e municipal.

EIXO IV - Participação política e controle social: igualdade racial nos espaços de decisão e mecanismos de participação da sociedade civil no monitoramento das políticas de igualdade racial.

Estimular a constituição de fóruns permanentes de discussão para políticas afrodescendentes;
Criar mecanismos para garantir cotas para negros e negras e comunidades tradicionais nas três esferas de poder constituídos, em cargos públicos de 1º, 2º e 3º escalão;
Garantir a participação da representação do movimento negro na Reforma Política e financiamento público de campanha;
Reavaliar conceito de trabalho infantil, levando em conta a importância da convivência familiar nas comunidades tradicionais, possibilitando a construção de valores e da identidade cultural;
Atualização dos cadastros de programas e serviços contemplando as especificidades das comunidades tradicionais;
Adequação do sistema de financiamento e incentivos federais de modo a garantir recursos específicos para serviços de Saúde (como Estratégia Saúde da Família), Educação, dentre outros, que atendam povos e comunidades tradicionais e LGBT;
Criação de escolas agrícolas voltadas para incentivo do aspecto cultural referente as comunidades tradicionais presentes na região garantindo a formação continuada para educadores e educadoras e materiais didáticos específicos;
Realizar oficinas de capacitação para elaboração de projetos para pleitear recursos específicos para povos e comunidades tradicionais;
Criação de delegacias especializadas no atendimento a crimes Raciais, de Intolerância Religiosa;
Assegurar que as conferências de PIR deixem de serem espaços consultivos e passe a ter poder de deliberação sobre a política de PIR assim como os conselhos;
Que se cumpra a portaria 1678 de 13/8/2004 do Ministério da Saúde em âmbito federal com ampla divulgação;